Ata da 28ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2021-2023 - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1 Às nove horas do vigésimo sétimo dia de abril do ano de dois mil e vinte e três, em São 2 Paulo - SP, teve início a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - Gestão 2021-2023, sob a direção da Presidente do CAU/SP 3 4 CATHERINE OTONDO. ORDEM DOS TRABALHOS: I. Verificação do quórum; II. Execução 5 do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão e aprovação da ata da 27ª reunião plenária ordinária; V. Apresentação de comunicações: a. da 6 7 Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo; b. do Colegiado das 8 Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; c. da Ouvidoria; d. dos Coordenadores 9 das comissões permanentes; e, e. da Presidente. VI. Comunicados dos conselheiros; VII. ORDEM DO DIA: 1. Convênio DEPESP (Origem: PRES-CAU/SP; CRI/CAU/SP); 2. Convênio 10 IEPTB (Origem: PRES-CAU/SP); 3. Termos Fomento CAU Educa (Origem: CPUAT-CAU/SP; 11 12 CEF-CAU/SP); 4. Prestação de Contas e Balanço Contábil 1o Trimestre/2023 (Origem: CPFi-CAU/SP); 5. Homenagem ao arquiteto Sérgio Ferro (Origem: CEP-CAU/SP; CATHIS-13 CAU/SP); 6. Entendimento sobre cobrança de ISS (Origem: PRES-CAU/SP); 7. Calendário 14 reuniões CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP); 8. Protocolo de denúncia 1519576/2022 15 (Origem: CED-CAU/SP); 9. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000076796/2018 16 17 - conselheira relatora Sofia Puppin Rontani (Origem: CEP-CAU/SP); 10. Julgamento de 18 Processo de Fiscalização no 1000049807/2017 - conselheira relatora Samira Rodrigues 19 de Araújo Batista (Origem: CEP-CAU/SP); 11. Julgamento de Processo de Fiscalização no 20 1000080055/2019 - conselheiro relator André Luís Queiroz Blanco (Origem: CEP-21 CAU/SP); 12. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000014177/2014 - conselheira 22 relatora Vera Lucia Blat Migliorini (Origem: CEP-CAU/SP). VIII. ASSUNTOS GERAIS: I. 23 Apresentações CEP-CAU/SP e Gerência técnica (Exercício Profissional e Ensino e 24 Formação); II. Campanha de comunicação (Origem: CCom-CAU/SP). A lista de presença 25 foi assinada por sessenta participantes, dos quais cinquenta e cinco conselheiros 26 titulares e cinco suplentes de conselheiros no exercício da titularidade, sendo estes as senhoras e senhor: Rayssa Saidel Cortez, Melyssa Maila de Lima Santos, Larissa Francez 27 28 Zarpelon, Helio Hirao, Aline Alves Anhesim. Iniciando a plenária, a presidente CATHERINE OTONDO, cumprindo o ITEM I. Verificação do quórum, confirmou o 29 quórum regimental como suficiente para início dos trabalhos. Após a execução do Hino 30 31 Nacional Brasileiro (ITEM II) a presidente passou ao ITEM III. Leitura e discussão da pauta informando que o item VI da Ordem dos Trabalhos - Comunicados dos 32 33 conselheiros ficaria para o final da pauta. Estando todos de acordo, iniciou o item IV. Discussão e aprovação da ata da 27ª reunião plenária ordinária que contou com a 34 aprovação por aclamação da plenária. E seguiu ao item V. Apresentação de 35 36 comunicações: c. da Ouvidoria informando que as Conselheiras federais titular e a 37 suplente não poderiam estar presentes e a ausência do representante do CEAU. Passou então a presidente ao vídeo enviado pelo Ouvidor do CAU/SP, RICARDO SILOTO DA 38 39 SILVA que informou que no período todas as regionais, com exceção da de Presidente 40 Prudente apresentaram demandas, com 70% sendo sobre solicitação de informação e 41 apenas 28% de reclamações. Quanto às denúncias ele fez um destaque de que nenhuma

43

44 45

46 47

48 49

50 51

52

53

54 55

56

57 58

59 60

61

62

63

64 65

66

67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83 84

85

foi referente ao CAU e sim sobre atuação sem registro de profissionais, imprudência e desacordo comercial. Em março, ele ainda informou que a Ouvidoria recebeu dois elogios e que sobre as solicitações de informações mantiveram-se os assuntos mais frequentes que são sobre a anuidade e registro profissional, e quanto às reclamações os principais foram atendimentos, anuidade e questões relacionadas à carteira profissional. O prazo de resposta, de acordo com RICARDO SILOTO, foi de 2,52 dias em média e 0,73 dia para os que foram respondidos somente pela Ouvidoria. Ele também parabenizou a campanha que desenvolvida sobre a valorização profissional e registrou a presença da Ouvidoria, dias 17 e 18, em Brasília, participando da reunião das equipes de Ouvidoria de todo o Brasil, com destaque para quatro temas em especial: campanha contra o assédio moral, combativas do CAU sobre desvio de conduta, papel das ouvidorias na implementação da Lei de Acesso à Informação e impacto da Lei de Proteção Geral de Dados na atuação das ouvidorias. O Ouvidor ainda informou que foram recebidos pela Ouvidora Geral da União e membros de sua equipe para tratar de dois assuntos: adesão do CAU à Rede Nacional de Ouvidoria e adesão ao Sistema fala.br - onde, segundo ele, dois sistemas são de extremo interesse - o E-OUVE, que substituiria o Portal da ouvidoria e o E-SIC, que trata dos sistemas de informação. Ainda sobre o E-SIC o Ouvidor participou de outra reunião com a pessoa diretamente responsável por ele, a diretora de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação e sua equipe, tratando especificamente do sistema ao qual a Ouvidoria gostaria de aderir, já que é muito melhor do que o atual (e que inclusive está com contrato preste a vencer), é gratuito e possibilita relatórios o que o atual não possibilita. A presidente do CAU/SP passou então ao ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes a Conselheira da CEP, ALINE ALVES ANHESIM, fez a leitura dos informes da Comissão, sem destaques. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes ROSSELLA ROSSETTO, coordenadora da COA, fez um breve balanço do seminário ocorrido, sobre revisão do Regimento Interno, que contou com a participação de 42 titulares e 10 suplentes e o resumo dos trabalhos já mostrou que as contribuições foram muito ricas, e que a COA poderá absorver grande parte. Um segundo seminário, de acordo com a coordenadora, está previsto para o dia nove de maio, para os Conselheiros que não estiveram presentes e, a partir disso o texto será fechado e apresentado na plenária de maio. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CPFi a coordenadora RENATA ALVES SUNEGA apenas destacou que a gerência financeira enviou para todas as áreas e Comissões um email pedindo para que todos revejam os orçamentos até dia 12, por conta da reprogramação. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CF a coordenadora ANGELA GOLIN além do informe já enviado aos Conselheiros (as) acrescentou que a Comissão já começou a ser chamada para palestras nas universidades sobre a profissão de arquiteto e tem sido bastante interessante, inclusive para promover o papel do CAU. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CED, a coordenadora CAMILA MORENO DE CAMARGO destacou que a Comissão recebeu uma versão demo do jogo de ética e houve reunião com a equipe que está desenvolvendo, e a expectativa é ter uma versão com ajustes no

87

88 89

90

91

92

93

94 95

96

97

98 99

100

101

102

103

104

105

106

107

108 109

110

111

112

113

114

115

116

117

118119

120121

122

123

124

125

126127

128

129

fim de junho, com versão final do no mês de julho, cumprindo o plano de trabalho estabelecido em contrato. Passou então a palavra para a coordenadora-adjunta que informou sobre o seminário das CED/UF, em Florianópolis, que dentre as atividades teve breve apresentação sobre reserva técnica, encontros à noite com professores e alunos de universidades e a apresentação do João Honório de Melo Filho, que redigiu o anteprojeto do Código de Ética, que completa 10 anos este ano, e foram levantadas as demandas para aprimoramento do Código. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CEF, a coordenadora ANA LUCIA CERAVOLO ressaltou que no mês de abril a reunião da CEF foi realizada na Universidade Mackenzie e que foi feito um tour na universidade, mostrando suas instalações, para quem teve interesse. No mês de junho a reunião será na Escola da Cidade. Ainda no mês de maio, a CEF estará com os escritórios descentralizados, realizando três reuniões e os conselheiros regionais serão convidados a participar e colaborar com a organização. Um terceiro item destacado pela coordenadora foi que a CEF está realizando a discussão sobre estágio supervisionado, e através do email da Comissão os conselheiros podem contribuir para o tema, considerando que há as duas pontas - a do estudante e a do escritório que recebe o estudante. Ainda em maio, complementou ANA LUCIA CERAVOLO, haverá o 6º Encontro das CEFs em Brasília e destacou que todas as Comissões têm feito um trabalho efetivo junto às instituições de ensino e que só nos primeiros quatro meses do ano estiveram em mais de 20 instituições, realizando palestras, oficinas e em mais de 20 formaturas, comprovando efetividade bem maior do que nos anos anteriores. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CPUAT, MONICA ANTONIA VIANA, coordenadora, destacou a realização do debate virtual sobre as recorrentes tragédias anunciadas ocorridas nas áreas de risco, em especial as do litoral de São Paulo, em parceria com a Rede Br Cidades da Baixada Santista e quem quiser rever está no canal Youtube do CAU/SP. Ela também informou que a CPUAT participou da reunião junto com a CONDEMAT, em Mogi das Cruzes, com a possibilidade de contribuição para elaboração de plano de ação da agenda urbana ambiental, com foco na questão do risco, em 13 municípios. A Comissão também participou de palestras em duas instituições de ensino, em Presidente Prudente, sobre agenda urbana ambiental com a construção de cidades inclusivas, sustentáveis e resilientes, dadas pela conselheira Arlete Francisco, e vai realizar mais duas palestras em maio, na Gran Tietê, em Barra Bonita e no Senac Santo Amaro, em são Paulo. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CDP, a Conselheira ANA PAULA PRETO RODRIGUES NEVES informou que a Comissão realizou duas palestras em Presidente Prudente, juntamente com a Comissão de Tecnologia, com o objetivo de desenvolvimento profissional, e que também foi feita revisão das atividades e que está em andamento a proposta do evento, tanto para servidores públicos como para os arquitetos, para o segundo semestre. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CPC, a coordenadora VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO lembrou do lançamento do Segundo Manual de Orientação Profissional ao projeto de restauro e conservação, já disponível no site como ebook e que também já está impresso. Ela ainda acrescentou

132133

134135

136137

138139

140

141

142143

144

145

146

147148

149

150

151152

153

154

155

156

157

158

159160

161

162163

164165

166

167

168

169

170

171172

173

que a Comissão vem recebendo demandas de escolas, prefeituras e conselhos para palestras de orientação, com base nesse manuais e neste mês já foram seis palestras em escolas e duas em prefeituras ou conselhos, em seis cidades, e inclusive a demanda está muito grande e a CPC vai começar a pedir ajuda para outros Conselheiros(as) do patrimônio, que estão fora da Comissão, o que mostra o êxito de todo empenho na elaboração dos manuais e dedicação ao tema da orientação profissional e das políticas públicas. Os manuais, ainda segundo a coordenadora, também serão lançados em Belém e o Pátio Cultural está sendo finalizado, com um edital digital. Finalizando, a coordenadora informou que CPC realizou reuniões também nas regionais, e que terá início a Câmara Temática Nacional de Patrimônio, em São Luís em junho, e a partir daí começa-se o trabalho da Comissão Temática, instância importante e esperada para o alinhamento dos projetos. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CATHIS, a coordenadora FERNANDA SIMON CARDOSO informou que o último edital de Athis da gestão está aberto com formulário digital para inscrições e que também participou do fórum de Athis, organizado pelo CAU/PR, em Curitiba, momento interessante de troca entre os vários CAU/UFs que apresentaram suas ações na área de Athis e também boa oportunidade para distribuição do Guia de Athis para representantes públicos de outros locais. Por fim, ela acrescentou que a Comissão está organizando, junto com a CEP, para maio, em parceria com o escritório de Presidente Prudente, o primeiro Fórum Estadual do CAU/SP. ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CCom, a coordenadora SAMIRA RODRIGUES DE ARAUJO BATISTA disse que as comunicações da Comissão foram enviadas anteriormente, sem nada a acrescentar. ITEM IV. Apresentação de comunicações: e. da Vice-Presidente, POLIANA RISSO SILVA UEDA informou que será iniciada, em maio/junho, uma série de encontros regionais com pautas que partiram da contribuição dos coordenadores dos escritórios regionais, que apontaram as demandas locais, e solicitou a participação, divulgação e envolvimento de todos os Conselheiros(as). ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes pela CRI, a coordenadora MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA parabenizou os técnicos envolvidos na conquista de 12% de reajuste no convênio com a Defensoria e mais 5% para o ano que vem, após 10 anos de tentativas. A CRI, ainda de acordo com ela esteve presente na abertura da Feicom e também participou do Seminário de Políticas Judiciárias para Melhoria do Regime de Gratuidade da Justiça, online, e pediu a convocação da Conselheira Andreia Ortolani para participação no Seminário do Legislativo de Arquitetura e Urbanismo em Brasília. Ela ainda acrescentou que foi iniciado na última semana um trabalho sobre o protocolo de eventos para que os funcionários saibam exatamente o que fazer na preparação destes. Quanto ao Sebrae, a coordenadora disse que continua a Trilha, sempre com sucesso, e perguntou em que estágio como está o convênio com a ABNT. A presidente CATHERINE OTONDO respondeu não ter informação sobre as tratativas de tal convênio, mas que procurará saber. ITEM IV. Apresentação de comunicações: e. da Presidente, CATHERINE OTONDO anunciou a renúncia da Conselheira Suplente, Carolina Cominotti, e comunicou alguns pedidos de licença de Conselheiras. De acordo com ela, no mês de abril as atividades da

175

176

177

178

179

180

181

182 183

184

185

186 187

188

189

190

191

192193

194

195

196 197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210211

212

213

214

215216

217

presidência se concentraram no acompanhamento do organograma, com reuniões semanais, e houve algumas participações da presidente com a CPUAT e também no Fórum de 2023, com universidades, poder público etc. para o qual o CAU/SP foi convidado para a revisão do Plano Diretor para a cidade de São Paulo. Ainda segundo a presidente, pelas falas entendemos que o CAU/SP tem lugar importante para a articulação desses procedimentos de revisão para outros municípios, disseminando a prática. Ela também participou da reunião do Fundo de Apoio, que tenta ampliar suas ações, inclusive talvez se transformando numa Caixa de Assistência, até com a formação de consórcios entre várias UF, e pensando em novas ferramentas, não só por meio monetário, mas com compartilhamentos. A presidência esteve também na reunião do CSC - Centro de Serviços Compartilhados, onde foi discutida a 126, que regulamenta a relação com os CAU/UF, e considerando que o CAU/SP é a unidade que mais contribui, há uma pressão para que se tenha um contrato formal para que essas relações financeiras sejam formalizadas, o que até hoje não existe, e que a 126 seja revista e aprovada ainda este ano. A presidente igualmente disse ter participado de reunião com a Associação Nacional dos Fotógrafos de Arquitetura e que esses profissionais estão tendo problemas de direitos autorais, inclusive com arquitetos. Passou então a presidente à VII. ORDEM DO DIA: 1. Convênio DEPESP (Origem: PRES-CAU/SP; CRI/CAU/SP). A presidente CATHERINE OTONDO fez a leitura do novo Termo de Convênio, solicitado pela Defensoria, e informou que a matéria foi apreciada e aprovada pela CRI e pelo Conselho Diretor do CAU/SP. Ela ainda explicou que a demora, na apreciação de tal termo de convênio, deveu-se ao pouco interesse de profissionais para desenvolvimento de tais atividades, tendo em vista ao baixo valor pago pelos seus honorários. Ela disse que a gerência financeira do CAU/SP foi até a Defensoria explicar os custos que incidem sobre o trabalho, conseguindo assim um reajuste de 12% na tabela de honorários e ainda mais 5% a partir de 2024. Passou então à leitura da deliberação e colocou em votação que contou com 44 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 2. Convênio IEPTB (Origem: PRES-CAU/SP). A presidente informou que o Convênio é com o Instituto de Estudos de Cartórios de Protestos do Brasil, seção São Paulo, entidade que representa os cartórios de protestos do estado e que visa o aprimoramento das ferramentas de enfrentamento à inadimplência. Como é sabido, continuou a presidente, o CAU/SP tem como obrigação legal fazer ações proativas frente à inadimplência para fins de cobrança de débitos em atraso de anuidades e multas de infração ética. Ela ainda fez a leitura das leis que tratam da matéria. Tal convênio, explicou CATHERINE OTONDO, possibilitará aos profissionais e empresas inadimplentes o pagamento dos débitos em atraso antes do ajuizamento da execução fiscal. A conselheira RENATA ALVES SUNEGA, coordenadora da CPFi, complementou que vários colegas só descobrem suas dívidas quando do bloqueio de suas contas pela justiça, por conta desses débitos. E disse que o CAU/SP tem aproximadamente, para receber, 131 mil Reais de multas em atraso e pouco mais de 19 milhões de Reais em débitos de anuidade. O primeiro contato de cobrança, continuou RENATA ALVES SUNEGA, é feito pelo SICCAU, depois é enviada AR pelos Correios e, até agora, o último processo era o do ajuizamento da ação. Assim, o Convênio trata de um passo antes do ajuizamento, sendo mais uma alternativa de informe da dívida ao

219

220

221

222

223

224

225

226227

228

229

230231

232

233

234235

236237

238

239240

241

242

243244

245

246

247

248249

250

251

252253

254

255

256

257

258

259260

261

arquiteto via cartórios e que assim espera-se diminuir, consideravelmente, as cobranças judiciais. A presidente abriu então para dúvidas dos conselheiros. O Conselheiro JOSÉ **ROBERTO MERLIN** pediu esclarecimentos sobre a proposta para o CAU/BR, que delimita o perdão da dívida até certa quantia, sendo que outros conselhos já fizeram isso. A coordenadora da CPFi explicou que o tema foi aprovado em plenária do CAU/SP, seguiu para o CAU/BR e está em fase de regulamentação. O conselheiro PAULO MANTOVANI perguntou se sobre o montante de 19 milhões, referentes a débitos de anuidades, tem como saber sobre quantas anuidades trata. A conselheira RENATA ALVES SUNEGA disse que sim, dados pelos relatórios do próprio SICCAU e que pode ser encaminhado aos Conselheiros para que todos tenham acesso. Sem mais dúvidas pela plenária, a presidente pediu então a leitura da deliberação pela coordenadora da CPFi e colocou em votação que contou com 43 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 3. Termos Fomento CAU Educa (Origem: CPUAT-CAU/SP; CEF-**CAU/SP)** Segundo a presidente **CATHERINE OTONDO** o projeto veio a partir de iniciativa do CAU/BR e foi customizado para o CAU/SP, com a participação de todas as Comissões e fez a leitura do termo de fomento. Em não havendo manifestação pela plenária, pediu que a coordenadora da CPUAT fizesse a leitura da deliberação. Colocado em votação contou com 46 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 4. Prestação de Contas e Balanço Contábil 10 Trimestre/2023 (Origem: CPFi-CAU/SP) A presidente pediu que a coordenadora da CPFi fizesse a apresentação. RENATA ALVES SUNEGA, coordenadora da CPFi, destacou que em novembro do ano passado teve alteração no entendimento do TCU que exigiu a disponibilização trimestral da prestação de contas, não na forma de relatório como o RGI, mas numa área específica no Portal da Transparência, com todos os itens obrigatórios do TCU. Ainda a coordenadora ressaltou que a comunicação dos débitos tributários de anuidade devida, que passaram a seguir por email e não mais por correio, gerou uma economia para o Conselho de 800 mil reais, que vão aparecer como não execução, mas que seguirão para reprogramação. Ela ainda pediu atenção para que o relatório trimestral ajude a balizar as Comissões em relação à reprogramação orçamentária. Feita a apresentação, a coordenadora ainda explicou que a reprogramação orçamentária segue um trâmite que consiste em receber as informações das respectivas Comissões sobre o que ser reprogramado até o dia 12 de maio, aprovar na CPFi, levar para a plenária e enviar para o CAU/BR; somente após a aprovação do CAU/BR ela é finalizada. Feita a leitura da deliberação, que colocada em votação contou com 49 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 5. Homenagem ao arquiteto Sérgio Ferro (Origem: CEP-CAU/SP; CATHIS-CAU/SP) A presidente disse que a plenária tinha a honra de contar com a presença do arquiteto e urbanista Sérgio Ferro e convidou-o a compor a mesa. Ela iniciou as homenagens retomando uma fala do próprio professor, realizada num seminário: "os materiais não são neutros, eles têm história positiva ou negativa, de aparecimento ou desaparecimento e, por trás disso, há quasse sempre uma luta de classes forte, difícil, dura e exigente". E leu um breve histórico da trajetória do professor. O professor Sérgio Ferro confessou achar estranho quando recebeu a notícia que seria feita a ele uma homenagem na plenária do CAU/SP, pois disse ser um marginal entre os profissionais, de certa maneira os criticando, e a ele junto, e não entendia muito bem

263

264265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283284

285

286

287288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300 301

302

303 304

305

porquê, de repente, bem velhinho, haveria essa homenagem, mas depois que soube da composição atual do Conselho ele entendeu que os integrantes participam de uma luta paralela àquela que ele mesmo sempre fez, e continuará até quando puder. Para ele, a luta pela igualdade de gêneros é convergente com a luta pelos trabalhadores da construção a qual desenvolveu durante toda a sua vida. Agradeceu as homenagens em nome também de Rodrigo Lefevre e Flávio Império, que são coautores do que repete incansavelmente até hoje que é de ter pena dos construtores e de sua situação, que atualmente é bem pior do que a das mulheres. Ele lembrou o ocorrido recentemente no Qatar, para ele um genocídio programado e conduzido friamente, como se trabalhadores da construção pudessem morrer na indiferença geral, adoecer sem tratamento, serem explorados até a última gota de sangue e que isso parece estar se tornando normalidade nas grandes construtoras. Disse, ainda, ter sido testemunha do prólogo dessa barbaridade, nos canteiros de obras de Brasília, onde os encarregados pelos desenhos dos projetos eram obrigados a visitar os canteiros, para ver se os projetos estavam sendo bem construídos e não podia imaginar, conhecendo somente os canteiros a que estava costumado em São Paulo, aquele horror que viu lá e que viu pouco. De acordo com o professor, o metiê de arquitetos foi o mesmo que o dos construtores, inclusive traz isso em seu livro, onde tentou descrever a queda de um passado digno a um outro que é visto agora. Antigamente, explicou ele, não havia arquiteto separado dos demais trabalhadores, não havia desenho que precedesse a construção, a planta era feita diretamente na terra e o resto era decidido durante a produção, com todos os operários. Ao longo da história o arquiteto foi o primeiro dos trabalhadores a se isolar do canteiro de obras, por razões mais externas do que internas. A partir dos anos 1.000, houve a reforma gregoriana e a igreja se isola do mundo laico e o poder econômico da igreja era gigantesco. Essa separação exigiu o aparecimento do desenho, para estabelecer os acordos entre a administração urbana e a administração laica. Daí aparecem os desenhos maravilhosos, em pergaminhos gigantes, que embora não seguissem escala exata, davam indicações suficientes para selar os acordos. Ainda na Idade Média, em função das guerras, os europeus, obrigados a combater a invasão do Oriente, passaram a fazer escravos, que obviamente eram escravos competentes em todos os domínios - Ciência, Geografia, Economia e também em construção. Eram técnicos de alto nível que estavam em condição de escravidão, mas encarregados de repassar seu saber. Ao longo do tempo passam a se organizar em corporações que rapidamente se transformam em instrumento vicioso e hierárquico. A partir daí, os mestres começam a gostar de ser mestres, e a transmitir seu conhecimento para os seus parentes mais próximos. E há a grande primeira visão antagônico do corpo produtivo, separando os mestres, que são os que desenham as lindas fachadas, dos demais trabalhadores, que embora qualificados, não têm mais condição de ascender. É a ruptura entre o arquiteto, ou mestre, da corporação e a massa dos trabalhadores. A distância vai crescendo enormemente e, durante a Renascença, os arquitetos também se organizam em três categorias - as estrelas, que somente dão grandes orientações gráficas para fazer os projetos; o segundo arquiteto, que desenha paredes, telhados; e, o terceiro nível que é aquele vai ao canteiro verificar os trabalhos. Também nesta época há a introdução da manufatura e os metiês ainda continuam tendo grande poder porque

307

308

309

310

311

312

313

314315

316

317

318319

320

321

322

323

324

325

326

327328

329

330

331

332

333

334

335

336337

338

339

340341

342

343

344

345

346

347348

349

são os únicos que sabem construir. O segredo do saber é guardado até que surge a industrialização da construção, que vai alimentar, pouco a pouco, a corrosão dos metiês. Na passagem do século 19 para o 20 há a o sindicalismo revolucionário, que não era nem marxista nem industrial, mas puramente e exclusivamente manufatureiro. De base fundamentalmente anarquista, tinha por regra não participar de nenhum partido político e a partir do canteiro de obras fazer a revolução, porque eram os únicos que tinham o conhecimento e a força de mão de obra. Esse sindicalismo, a partir da França, se espalha pela Europa, dando origem, segundo o professor, à Primeira Guerra Mundial, onde curiosamente morreram muitos trabalhadores da construção. A partir da Primeira Guerra a industrialização se generaliza e foram liquidados os restos do sindicalismo revolucionário. A partir daí o sindicalismo se acomodou e surgiu a administração da construção como se fosse uma indústria. E essa situação, para ele, desemboca hoje em situações precárias e horrorosas do mundo do trabalho. Por isso, ele disse entender que sua luta converge com a luta das mulheres chefes da Casa do Conselho e agradeceu a homenagem. A presidente abriu então para manifestações da plenária. A conselheira MARIA ALICE GAIOTTO disse ser filha de construtor até que um dia decidiu fazer arquitetura e o livro do professor Sérgio Ferro foi o primeiro indicado pelos professores e agradeceu todo o seu ensinamento. O professor Sérgio Ferro fez então um pedido, que foi o de providenciar a tradução e edição do livro de Jean Pierre Epron – seu amigo e falecido ano passado - para compreender o ecletismo técnico. Segundo ele, os arquitetos ecléticos tinham uma ambição de dominar o canteiro de obras, mas para dominar tinham que conhecer os metiês e os trabalhos para fazer a junção de uma equipe com outra, e os arquitetos seriam os que fariam a mediação entre os diversos metiês, algo que a arquitetura nova tentou fazer. Ainda de acordo com Sergio Ferro, o modernismo chegou com tamanha fúria que destruiu o ecletismo técnico e os metiês que o ecletismo técnico pretendia mediar, foi feita uma política de tábula rasa. A presidente disse então que o pedido estava anotado. A Conselheira ANA LÚCIA **CERAVOLO** manifestou a honra da CEF e do Conselho em receber o professor, arquiteto e urbanista e lembrou também a importância dos trabalhos da Historiografia da Arquitetura Brasileira, citando alguns nomes que considerou relevantes para que todos se debruçassem sobre a responsabilidade do arquiteto e urbanista em relação ao projeto de país que têm o compromisso de ajudar a construir. A Conselheira FERNANDA SIMON CARDOSO igualmente disse ser emocionante ter a presença de Sergio Ferro e ressaltou que a gestão do CAU/SP tem investido no compromisso de democratizar o acesso à arquitetura e urbanismo para a população que mais necessita, inspirado nos escritos do professor. VII. ORDEM DO DIA: 6. Entendimento sobre cobrança de ISS (Origem: PRES-CAU/SP) De acordo com a presidente o trabalho já vem sendo realizado há seis meses e foi fruto da escuta do programa realizado ano passado sobre o CAU no território, do qual uma das demandas dos profissionais de ponta foi o esclarecimento sobre a cobrança do ISS. Segundo ela, quando se faz um serviço de projeto e esse projeto não é executado na cidade onde se trabalha, algumas prefeituras entendem que o projeto deve ser cobrado também na cidade onde a obra terá início. Foi uma discussão ampla, como explicou CATHERINE OTONDO, com várias áreas do CAU/SP envolvidas, e o que seria apresentado foi a proposta do entendimento do CAU/SP sobre a incidência

351

352353

354

355

356

357

358 359

360

361

362363

364

365

366

367368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382 383

384 385

386 387

388

389

390

391 392

393

das cobranças dos impostos, relativas aos serviços de arquitetura nos municípios do estado de São Paulo e fez a leitura da contextualização da proposta. A presidente abriu então para manifestações do plenário. O Conselheiro VICTOR CHINAGLIA JUNIOR disse considerar o tema mais caro para aos profissionais do interior do que para os da capital e o caminho procurado deve ser o de conversar com as regiões metropolitanas. Para ele é importante dar livre trânsito para os profissionais para trabalhar em qualquer cidade das regiões metropolitanas, onde se concentra o grosso da categoria. Ele sugeriu acordo com a Agência e depois com o Conselho de Desenvolvimento, porque a questão do ISS que é cobrado na base está mais ou menos pacificada, o problema, segundo ele, são as taxas que cobram, como forma de burlar a questão do ISS. Informou que as cidades que têm mais desenvolvimento ou potencial turístico têm mais problema, porque as associações de engenheiros e arquitetos trabalham para fazer reserva de mercado e os prefeitos acabam cedendo. A Conselheira MARIA ALICE GAIOTTO disse que questionou inclusive o assunto porque trabalha em cidade pequena e sua sugestão foi a de se fazer um trabalho mais aprofundado junto às prefeituras para ampliar a pesquisa, inclusive com a participação ativa das regionais, já que apenas cento e poucas responderam ao questionamento do CAU/SP, de um total de 650. A Conselheira ROSANA FERRARI complementou dizendo que algumas prefeituras do interior que trabalham por projeto, como a de Vinhedo, por exemplo, mas ela tem um problema de 2003 em Itupeva que não consegue resolver e nunca mais trabalhou lá. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO entendeu que de fato há uma incompreensão sobre o ISS, é tema muito técnico e que transcende a competência do Conselho. Para ele, o Conselho tem que criar a inteligência sobre como sanear a questão, achar uma forma definitiva que dê menos problemas, mas que não vai ser uma questão simples e única, porque envolve interesses do Estado e, como Autarquia, nenhum ente público pode renunciar receita e o que seria solução para o Conselho seria para outros entes uma renúncia de receita. O que eventualmente pode ser feito, segundo ele, é fechar uma posição, fazer uma orientação, mas cada um vai continuar por si e não vai passar disso. A presidente CATHERINE OTONDO disse que entende ser por aí mesmo, e que são várias etapas, sendo hoje a primeira – a de entender um aspecto da questão - e depois passar para a etapa de como o CAU se comportaria num caso concreto, como o da Conselheira Rosana, por exemplo. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO lembrou ainda que a discussão só se aplica para a prestação de serviços de projeto e que se houver qualquer acompanhamento de obra, prestada no local da obra, por exemplo, não se aplica o entendimento, o que restringe mais ainda a ação do CAU/SP. O levantamento cadastral, por exemplo, segundo ele, é considerado Grupo 4, que trata da questão ambiental, e a etapa do levantamento é só uma das etapas, e que tem dúvidas sobre como seria a incidência do imposto, cujo entendimento se aplica ao Grupo 1. O Conselheiro SORIEDEM RODRIGUES informou que haverá um Congresso dos Prefeitos da APM do qual participará, por convocação da Fiesp, e que ele considera que o CAU/SP devesse participar, para colocar essas dificuldades, estreitar relacionamentos e continuar, talvez via Fiesp, auxiliando na solução dos problemas, e que se considerarem relevante pode viabilizar a participação de um técnico do CAU/SP. O Conselheiro EDERSON DA SILVA sugeriu buscar o CAU/BR para que seja levado o assunto ao Ministério da Economia, no

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412413

414

415

416 417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428 429

430 431

432 433

434

435 436

437

âmbito da reforma tributária, que está sendo discutida pelo governo federal. A vicepresidente POLIANA RISSO SILVA UEDA observou que a estratégia de trabalhar por região metropolitana é válida, mas talvez o mais acertado seria trabalhar no âmbito do estado, através da Associação Paulista de Municípios, com a qual é possível construir uma agenda de reuniões; o Congresso também é sempre uma opção importante. No entendimento da vice-presidente, resolver por regiões metropolitanas ou consorciadas pode gerar casos de sucesso, que podem dar bons exemplos, mas ter um entendimento no âmbito do estado, sobre a forma de tributação do projeto, é um caminho mais efetivo e em escala. Ela ainda esclareceu que o que está sendo colocado na manifestação é o entendimento do como se cobra sobre o projeto, que deve estar relacionado com o endereço do escritório. De acordo com a presidente, a intenção é continuar com o trabalho de pesquisa junto às prefeituras e articulação com a Secretaria dos Assuntos Metropolitanos, no nível estadual. Passou a presidente então à leitura do posicionamento do Conselho – deliberação plenária e seu anexo. Por sugestão de alguns Conselheiros, a presidente acatou a inserção, no anexo, do exemplo de RRT e colocou em votação, que contou com 48 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 7. Calendário reuniões CAU/SP (Origem: CD-CAU/SP) A presidente esclareceu que a deliberação seria quanto às alterações nos calendários dos órgãos colegiados e eventos do CAU/SP para o ano, fez a leitura das alterações e colocou em votação que contou com 43 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 8. Protocolo de denúncia 1519576/2022 (Origem: CED-CAU/SP) Explicou a presidente que como trata-se de protocolo de denúncia contra Conselheiro titular da CED, os Conselheiros da Comissão, a quem compete a apreciação da admissibilidade de denúncias, declararam-se suspeitos. Quando isso acontece, continuou a presidente, é prevista a composição de Comissão Temporária, composta exclusivamente por Conselheiros para a instrução do processo. Logo, CATHERINE OTONDO informou que a deliberação é sobre a proposta de formação de Comissão de três conselheiros, sendo um deles como coordenador que, num prazo de 180 dias deverá realizar a instrução processual. Ela ainda esclareceu que caso no plenário existam mais Conselheiros impedidos ou em suspeição que somem a metade da plenária, será necessário o encaminhamento do processo ao CAU/BR. A Conselheira RENATA ALVES SUNEGA informou que, de acordo com o CAU/BR, o fato de estarem todos compondo um mesmo plenário e o denunciado fazer parte deste, não coloca todos como suspeitos e não seria motivação justificada. Ela ainda esclareceu que, de acordo com os advogados do CAUP/SP, quando se fala em suspeição relativa à amizade ou inimizade notória, estas devem ser para valer, relação de amizade que seja notória, como foi o caso dos membros da CED. O foro íntimo é a única situação que não exige motivação, no entanto esta situação está para além da notoriedade da amizade, seria algo íntimo mesmo, como relações extraconjugais, dívidas, por exemplo, que não cabem ser colocadas em público. Consultou então a presidente a plenária sobre quais os Conselheiros que se sentiam impedidos ou em suspeição e que não houve pedido de sigilo no processo. Dois Conselheiros declararam-se impedidos e justificaram sua posição – as Conselheiras ANA PAULA PRETO RODRIGUES NEVES, que conhece o denunciado há mais de 10 anos, tendo sido inclusive professor da mesma; e, DEBORA

439

440

441

442

443

444

445

446 447

448

449

450 451

452

453

454

455

456 457

458

459

460

461

462

463 464

465

466 467

468 469

470

471

472 473

474 475

476 477

478

479 480

481

TOGNOZZI LOPES, que disse ter relacionamento de amizade de frequência às casas e que já trabalhou inclusive no escritório do denunciado. Passou-se à leitura da deliberação que foi colocada em votação com 45 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções. VII. ORDEM DO DIA: 9. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000076796/2018 - conselheira relatora Sofia Puppin Rontani (Origem: CEP-CAU/SP) A presidente informou que o processo já foi apreciado pela plenária, em 2022, e deliberado o envio de comunicado à parte interessada, solicitando a regularização do fato gerador, no prazo de 30 dias. De acordo com a presidente, o comunicado foi enviado e houve ciência, porém até o momento não houve manifestação da interessada e por isso não seria preciso reler o processo, que a deliberação seria sobre a manutenção do ato de infração com a multa e fez a leitura da deliberação. Perguntou a presidente se havia alguma manifestação e em não havendo colocou em votação, que contou com 41 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 10. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000049807/2017 - conselheira relatora Samira Rodrigues de Araujo Batista (Origem: CEP-CAU/SP) A Conselheira relatora fez a leitura do relatório e voto e presidente perguntou se havia alguma manifestação da plenária. Em não havendo, passou à votação que contou com 37 votos a favor, dois contra e nenhuma abstenção. A presidente CATHERINE OTONDO pediu licença do plenário por não estar se sentindo bem e pediu que a vice-presidente assumisse a condução do restante dos trabalhos. VII. ORDEM DO DIA: 11. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000080055/2019 - conselheiro relator André Luís Queiroz Blanco (Origem: CEP-CAU/SP) Antes de iniciar a leitura do relatório e voto do processo, a vicepresidente solicitou a verificação do quórum e em sendo suficiente passou-se à leitura do relatório e voto do Conselheiro relator. A vice-presidente perguntou então se havia alguém impedido na votação da matéria e em não havendo abriu para manifestações e em também não havendo passou à leitura da deliberação e colocou em votação, que contou com 40 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VII. ORDEM DO DIA: 12. Julgamento de Processo de Fiscalização no 1000014177/2014 - conselheira relatora Vera Lucia Blat Migliorini (Origem: CEP-CAU/SP) A Conselheira relatora fez a leitura do histórico do processo, parecer e considerações, e voto. A vice-presidente perguntou então se havia alguém impedido e o Conselheiro JOSÉ ROBERTO MERLIM declarou-se impedido. Ela ainda abriu para manifestações e, em não havendo, seguiuse à leitura da minuta de deliberação. Colocado em votação, contou com 40 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VIII. ASSUNTOS GERAIS: I. Apresentações <u>CEP-CAU/SP e Gerência técnica (Exercício Profissional e Ensino e Formação)</u> As coordenadoras da gerência técnica de ensino e formação e exercício profissional fizeram apresentação dos dados, iniciada em fevereiro. Ainda na plenária de fevereiro, foi feito um breve relato do que foi 2021 e 2022 para a gerência - o primeiro ano de estruturação, aperfeiçoamento de procedimentos; e, o segundo de consolidação e desdobramentos e foi destacada a realização dos relatórios gerenciais que se tornaram trimestrais, buscando dar conta, tanto do comportamento dos profissionais arquitetos e urbanistas, quanto das várias questões relativas a ensino e formação, como forma de sistematização contínua de dados, permitindo a transparência. A CEP também fez a apresentação de seus resultados e futuras ações programadas. VIII. ASSUNTOS GERAIS: II. Campanha de

comunicação (Origem: CCom-CAU/SP) A coordenadora da Comissão informou que a campanha foi iniciada, que esta foi apenas a primeira etapa e pediu ajuda na divulgação. Ela ainda disse que haverá mídia impressa, veiculações em rádios e nas cidades do interior, como em pontos de ónibus, e fez a apresentação de um vídeo. A vice-presidente encerrou então a Reunião Plenária Ordinária, agradecendo a presença de todos.

CATHERINE OTONDO

Presidente

Histórico da votação:

482

483

484

485

486 487

Reunião Plenária Ordinária nº 29/2021-2023

Data: 25/05/2023

Matéria em votação: IV. Discussão e aprovação da ata da 28ª reunião plenária ordinária

Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias.

Impedimento/suspeição: (00)

Ocorrências: -

Condutor dos trabalhos: Poliana Risso Silva Ueda

Secretário: Renata da Rocha Gonçalves